

Acordo é o melhor já feito pelo País

Acerto permite redução de 35% da dívida e torna passivo externo mais administrável

PAULO SOTERO



BERLIM — Em janeiro de 1990, quando passou por Washington como presidente eleito, o impetuoso Fernando Collor anunciou, num discurso no National Press Club, que encaminharia "uma solução definitiva" do problema da dívida "na primeira semana" de seu governo. Considerado o tempo perdido e o atraso do País na execução de um programa sério de reformas econômicas, o acordo em princípio que o governo e os bancos credores anunciaram, ontem, em Nova York, é quase bom demais para ser verdadeiro.

Se o Executivo e o Congresso fizerem o que precisa ser feito, nos próximos meses, para permitir que o acordo seja efetivado nos termos em que foi divulgado, o negócio acertado com os bancos reduzirá em 35% as obrigações externas do setor público a seus credores privados internacionais. Além disso, ampliará o prazo médio de repagamento da dívida, dos atuais 10 anos, para mais de 20. A fixação da taxa de juros da maior parte da dívida reestruturada, que provavelmente resultará do acordo, tornará o passivo externo do governo mais administrável.

Fim das pendências — O Banco Central passará a ter uma ficha mais limpa na praça, pois deixará de ser o devedor e poderá reforçar-se como autoridade monetária: atendendo a uma reso-

lução do Senado sobre foro para solução de disputas em acordos internacionais, os novos instrumentos da dívida serão emitidos pelo Tesouro Nacional.

Acima de tudo, o acerto anunciado com os bancos, ontem, resolve uma série de pendências criadas pela segunda moratória da dívida, iniciada pelo governo Sarney, em meados de 1989, depois de assinar um acordo

que não tinha condições de cumprir.

Para evitar a repetição do episódio, os negociadores brasileiros passaram meses resistindo à exigências dos bancos sobre o montante de garantias para a nova dívida. Conseguiram a maior parte do que queriam.

"Isso nos dará uma grau de flexibilidade muito maior do que conseguimos em outros acordos", disse o

diretor da Área Externa do Banco Central, Arminio Fraga, que participou dos momentos decisivos da negociação. Segundo Fraga, os termos do acerto feito com os bancos "são também compatíveis com os acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris e com a política fiscal do governo".

Ironicamente, o ponto fraco do acordo são as baixas taxas de juros internacionais do momento. De acordo com fontes financeiras, elas tornaram o título de conversão ao par, um dos seis instrumentos incluídos no pacote, num papel atraente demais para os bancos, na medida que oferecem taxas de retorno real, no momento e no futuro previsível, melhor do que o bônus de redução da dívida. Se os bancos optarem em massa pelo bônus ao par, o preço da renegociação subirá e o governo será forçado a acionar uma cláusula do acordo, para obter um refinanciamento mais equilibrado.

Crise moral — Resolver esse problema será bem mais fácil, no entanto, do que superar o grande obstáculo que o governo e a sociedade brasileira terão de vencer nos próximos meses para desfrutar os benefícios potenciais do acordo com os bancos: convencer um país paralisado por uma crise moral e política que atinge a credibilidade do próprio presidente da República que o caminho da estabilidade é possível e executar as duras medidas de ajustamento necessárias para chegar a ele, começando por uma vigorosa reforma fiscal.

País em desenvolvimento deve mais

BASILÉIA, Suíça — A dívida externa (bancária, bancária relacionada com o comércio e não-bancária) dos países em desenvolvimento aumentou ligeiramente em 1991, informou ontem o Bank for International Settlements (BIS).

Segundo o BIS, a dívida externa total dos 156 países em desenvolvimento com bancos que apresentam relatórios ao BIS e a não-bancos em 20 países pertencentes à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) aumentou de US\$ 777,3 bilhões no final de 1990 para US\$ 790,4 bilhões em 1991.

O BIS, que funciona como uma espécie de banco central para os bancos centrais do mundo inteiro, acrescentou que a dívida de 14 centros financeiros, entre estes países em desenvolvimento, aumentou de US\$ 114,9 bilhões no final de 1990 e de US\$ 108 bilhões em meados de 1991 para US\$ 117,9 bilhões no final de 1991.

A lista de centros financeiros inclui as Bahamas, Bahrain, Barbados, Bermuda, Ilhas Cayman, Hong-

cong, Líbano, Libéria, Antilhas Holandesas, Panamá, Cingapura, Vanuatu e Índias Ocidentais.

O BIS, que não forneceu a interpretação dos dados, informou que os números não cobrem a dívida externa total dos países e territórios, mas representam uma parcela substancial de suas dívidas externas.

Segundo o banco, a dívida de 15 países seriamente endividados melhorou de US\$ 271,7 bilhões no final de 1990 para US\$ 267,8 bilhões no final de 1991.

Esses 15 países incluem a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia.

A dívida externa dos países europeus orientais aumentou de US\$ 126,2 bilhões no final de 1990 e de US\$ 109,6 bilhões em meados de 1991 para US\$ 131,2 bilhões no final de 1991. Os países incluídos nessa categoria são Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia e as antigas União Soviética e Iugoslávia.